396/2000-SEPLAN, condenando-o a devolver à Fazenda Pública do Estado a importância de R\$215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), atualizada a partir de 13/09/2000 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento; II – Aplicar-lhe as multas de R\$5.000,00 (cinco mil reais), pelo dano causado ao erário, e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008;

II- Encaminhar cópia deste processo ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará para as providências cabíveis.

Os valores correspondentes ao débito e às multas deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.992
PROCESSO Nº. 2002/51388-4

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 047/1998 e Termo Aditivo firmados entre o INSTITUTO ADVENTISTA TRANSAMAZÔNICO AGROINDUSTRIAL e a SECTAM.

Responsável: Sr. EDINELSON SUDRÉ STORCOH – Presidente

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro-Corregedor Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. Edinelson Sudré Storcoh, Presidente do Instituto Adventista Transamazônico Agroindustrial, referentes ao Convênio nº. 047/1998-SECTAM, no valor de R\$31.535,00 (trinta e um mil e quinhentos e trinta e cinco reais), isentando-lhe da multa regimental, em face da aplicação do Prejulgado nº. 14.

ACÓRDÃO Nº. 48.993
PROCESSO Nº. 2002/53176-2

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 002/2002 firmado entre a Prefeitura Municipal de MARAPANIM e a FCPTN.

Responsável: Sr. RAIMUNDO LUIZ DE MORAES – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, vencido em parte o voto do Exmº Sr. Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, e nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Corregedor-Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", c/c os arts. 73 e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. RAIMUNDO LUIZ DE MORAES, então prefeito municipal de Marapanim, CPF nº. 611.073.362-87, referentes ao Convênio nº. 002/2002-FCPTN, condenando-o a devolver aos cofres públicos estaduais a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), atualizada a partir de 06/02/2002 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II – Aplicar-lhe as multas de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo dano causado ao Erário estadual, e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas, que deverão ser recolhidas na forma do disposto da Lei Estadual 7086/2008, c/c com os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008-TCE.

III – Encaminha a cópia integral do processo ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual, com o fito de apurar possíveis crimes de falsificação de documento público, estelionato, falsidade ideológica e sonegação fiscal, haja vista que o presente caso envolve a esfera federal e estadual.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.994
PROCESSO Nº. 2002/52512-5

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio S/ Nº/1998 e Termo Aditivo, firmados entre o NÚCLEO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e a SECTAM.

Responsável: Sr. JOSÉ SINVAL VILHENA PAIVA – Presidente à época

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Corregedor Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso III, c/c os arts. 73 e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. JOSÉ SINVAL VILHENA PAIVA (CPF: 051.211.592-34), então Presidente do Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável, relativas ao Convênio S/Nº/1998-SECTAM, no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), e aplicar-lhe as multas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela infração à norma legal e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pela instauração de tomada de contas;

II – Aplicar, ainda, ao Sr. VALMIR GABRIEL ORTEGA, então Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, CPF nº. 368.129.431-34, a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pelo não atendimento à diligência processual.

As multas devem ser recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c com os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.995
ASSUNTO: PRESTAÇÕES DE CONTAS.

Processo nº. 1999/52639-0 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, no valor de R\$136.017,22 (cento e trinta e seis mil, dezessete reais e vinte e dois centavos), referente ao Convênio nº. 05/1997 e Termo Aditivo, firmados com a SEDUC, de responsabilidade do Sr. CARLOS CABRAL REBELO, Prefeito à época;

Processo nº. 1999/50137-8 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPÚ, no valor de R\$210.709,28 (duzentos e dez mil, setecentos e nove reais e vinte e oito centavos), referente ao Convênio nº. 025/1997, firmado com a SEDUC, de responsabilidade do Sr. LUIZ DOS REIS CARVALHO, Prefeito à época;

Processo nº. 1999/52654-0 – PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ, no valor de R\$900.855,94 (novecentos mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), referente ao Convênio nº. 012/1997, firmado com a SEDUC, de responsabilidade do Sr. ANTÔNIO GERALDO LAZARINI, Prefeito à época;

Processo nº. 2000/50844-2 – CASA DO ESTUDANTE MARABAENSE, no valor de R\$16.416,00 (dezesseis mil, quatrocentos e dezesseis reais), referente ao Convênio nº. 02/1999, firmado com a SEDUC, de responsabilidade da Sra. LUCILIA LIMA AZEVEDO, Presidente;

Processo nº. 2000/50692-4 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA, no valor de R\$1.087.417,12 (Um milhão, oitenta e sete mil, quatrocentos e dezessete reais e doze centavos), referente ao Convênio nº. 013/1997 e Termos Aditivos, firmados com a SEDUC, de responsabilidade do Sr. WALCIR OLIVEIRA DA COSTA, Prefeito.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Corregedor-Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I, e 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas e dar quitação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº. 48.996
ASSUNTO: PRESTAÇÕES DE CONTAS.

Processo nº 2000/50496-2 – SOCIEDADE POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDENCIA, no valor de R\$ 883.766,76 (oitocentos e oitenta e três mil, setecentos sessenta seis reais, setenta seis centavos) referente ao Convênio nº. 001/99, firmado com a SESP, responsabilidade do Sr. GEDOVAR NAZZARI, Diretor Presidente.

Processo nº 2000/52433-6 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, no valor de R\$ 66.035,03 (sessenta seis mil, trinta cinco reais e três centavos) referente ao Convênio nº. 004/2000, firmado com a SEDUC, de responsabilidade do

Sr. JOSÉ VIEIRA DE CASTRO, Prefeito à época;
Processo nº 2001/52520-0 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA, no valor de R\$ 741.623,00 (setecentos quarenta e um mil, Seiscentos e vinte três reais), referente ao Convênio nº. 291/2000 e Termo Aditivo, firmados com a SESP, de responsabilidade do Sr. GERALDO MACHADO MOREIRA, Prefeito à época;

Processo nº 2001/51217-2 – SOCIEDADE POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA – CENTRO EDUCACIONAL E SANITÁRIO DE MARITUBA, no valor de R\$ 2.170.000,00 (dois milhões, cento setenta mil reais) referente ao Convênio nº. 05/2000, firmado com a SESP, de responsabilidade do Sr. GEDOVAR NAZZARI, Diretor Presidente, e;

Processo nº 2001/50750-3 – FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, no valor de R\$ 60.900,00 (sessenta mil, novecentos reais) referente ao Convênio nº. 090/1998, firmado com a SECTAM de responsabilidade do Sr. CARLOS EDÍLSON DE ALMEIDA MANESCHY, Diretor Executivo à época

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento no arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas e dar quitação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº. 48.997

ASSUNTO: PRESTAÇÕES DE CONTAS

Processo nº.2001/51806-6 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA AZUL DO NORTE, referente ao Convênio SEDUC nº. 016/1998 e Termo Aditivo, no valor de R\$ 66.713,98 (sessenta e seis mil, setecentos e treze reais e noventa e oito centavos), de responsabilidade do Sr. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, Prefeito à época;

Processo nº.2002/52104-4 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU, referente ao Convênio SETRAN nº. 012/2002, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), de responsabilidade do Sr. ANTONIO PAULINO DA SILVA, Prefeito;

Processo nº.2002/51860-7 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU, referente ao Convênio SEDUC nº. 003/2001, no valor de R\$ 260.612,68 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e doze reais e sessenta e oito centavos), de responsabilidade do Sr. JOÃO MARTINS CARDOSO FILHO, Prefeito à época.

Processo nº.2002/52006-3 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, referente ao Convênio SAGRI nº. 002/2002 e Termo Aditivo, no valor de R\$ 1.070.000,00 (hum milhão e setenta mil reais), de responsabilidade da Sra. ROSIRAYMA MARIA RODRIGUES REMOR, Diretora à época;

Processo nº.2002/50580-9 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO, referente ao Convênio SEPLAN nº. 142/2001 e Termo Aditivo, no valor de R\$ 1.200.690,00 (um milhão, duzentos mil seiscentos e noventa reais), de responsabilidade da Sra. WALMIRA ALVES DA SILVA, Prefeita à época;

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Corregedor-Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e art. 39, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas e dar quitação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº. 48.998

PROCESSO Nº. 2002/53123-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao convênio nº. 155/2001 e Termo Aditivo, celebrados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO e a SEPLAN.

Responsável: Sr. ANTONIO SARAIVA RABELO – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Corregedor-Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e art. 39, da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, na importância de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº. 48.999

ASSUNTO: PRESTAÇÕES DE CONTAS.

Processo nº 2002/51710-5 – ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES IRMÃ ADELAIDE, na importância de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), referente ao Convênio nº 100/2001, firmado com a SESP, de responsabilidade da Sra. Maria de Lourdes Viana da Silva, Presidente;

Processo nº 2002/52911-5 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE, na importância de R\$ 162.990,00 (cento e